



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Marxismo, teoria social e crítica da economia política

Estado e reprodução de vida: aportes da teoria de reprodução social

Juliana dos Reis Abrantes¹

Resumo: Este trabalho pretende estabelecer uma caracterização do Estado constituído na sociedade capitalista, bem como seu papel aparente e essencialmente na manutenção da reprodução da vida na sociedade de classes antagônicas (há se dizer burgueses e proletários) advindas do sistema capitalista. Pretende ainda analisar o papel do Estado capitalista e como as relações sociais se desenvolvem mediante esse papel e suas consequências. Para tanto, se utiliza de aportes da Teoria da Reprodução Social para pensar o Estado, suas características e a forma como esse opera na manutenção da sociedade a partir de elementos essenciais como a reprodução da vida.

Palavras-chave: Estado. Teoria da Reprodução Social. Reprodução. Classe.

**State and reproduction of life: contributions from the Theory of Social
Reproduction**

Abstract: This work intends to establish a characterization of the State constituted in capitalist society, as well as its apparent and essentially role in maintaining the reproduction of life in this society of antagonistic classes (that is to say, bourgeois and proletarians). It also intends to analyze the role of the capitalist State and how social relations develop through this role and its consequences. For that, contributions from the Theory of Social Reproduction are used to think about the State, its characteristics and the way it operates in the maintenance of society based on essential elements such as the reproduction of life.

Keywords: State. Social Reproduction Theory. Reproduction. Class.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende estabelecer uma caracterização do Estado constituído na sociedade capitalista, bem como seu papel aparente na manutenção da reprodução da vida na sociedade capitalista de classes antagônicas. Para tanto, se utiliza de aportes da Teoria da Reprodução Social para pensar o Estado, suas características e a forma como esse opera na manutenção da sociedade a partir de elementos essenciais como a reprodução da vida. Ao compreender tanto a produção como a reprodução da vida, vale ressaltar que não é possível conceber o patriarcado descolado da materialidade histórica da sociedade capitalista, ou seja, de forma isolada. A Teoria da Reprodução Social se mostra essencial para o avanço do debate do papel do Estado e suas consequências. E como essas consequências – desnudadas de sua aparência – possuem um caráter de manutenção de

¹ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestranda em Política Social pela mesma universidade. E-mail: julianarabrantres@outlook.com.

uma sociedade marcada pela desigualdade, diversas formas de opressão – como as de gênero, raça e classe – e exploração.

O presente trabalho será dividido em três partes, a primeira parte pretende apresentar as características do Estado capitalista, como, aparentemente, ele se mostra perante à sociedade e como ele é desnudado de tal aparência chegando em sua essência a partir de uma análise crítica. A segunda parte se caracteriza pela análise crítica da concepção de Estado. Já a terceira e última parte, se refere a aportes teóricos da Teoria da Reprodução Social e o papel do Estado na perspectiva dessa teoria.

1. O ESTADO CAPITALISTA

O Estado burguês capitalista, como conhecemos atualmente, nem sempre existiu. Outras formas de Estado o precederam, como os Incas, Maias e Astecas, com suas características e formas de organização social bem distintas do Estado burguês capitalista como o conhecemos atualmente. Haja vista que a sociedade capitalista se desenvolveu num período histórico específico, assim se deu a concepção moderna de Estado, através de muitos processos de expropriação, roubo, exploração e apagamento de formas sociais outras que ousassem se colocar no caminho da busca incessante pelo lucro acima de tudo.

Em termos teóricos, Karl Marx (2017) buscou fazer abstrações a fim de pensar o Estado e sua constituição. Para o autor, pensar o Estado era pensar uma totalidade em movimento que se mostra como uma característica fundamental do sistema capitalista. Logo, se faz necessário analisar uma das maiores contribuições do autor para se compreender as bases fundantes do sistema capitalista e seu desenvolvimento que foi, justamente, a análise minuciosa do processo que criou as bases das relações capitalistas. O autor de “O Capital” buscou pensar a gênese do processo de acumulação que o mesmo intitulou de “acumulação primitiva” (MARX, 2017).

Nos países da Europa, a produção feudal se caracterizava pela partilha do solo entre o maior número possível de vassalos. As propriedades feudais e dos clãs eram propriedades comunais. O poder de um senhor feudal não se baseava na extensão de seu registro de rendas, mas no número de seus subordinados, e este dependia da quantidade de camponeses economicamente autônomos. No período feudal o Estado era absolutista e o rei executava funções para o capital através da relação de exploração entre reis e vassalos, porém, tal relação ainda não continha as características intrínsecas ao modo de produção capitalista.

Para Marx (2017) a acumulação primitiva foi o processo de expropriação das terras então comunais utilizadas por trabalhadores que possuíam e eram donos dos meios de produção necessários para exercerem suas obrigações para com seus senhores. E foi por esse processo, que se deu em meados do século XVI, e marcaria a história para sempre, que o modo de produção e as relações sociais daquele tempo foram se transformando e se inicia uma transição para as relações capitalistas. Esse processo se deu, principalmente, através da alienação dos trabalhadores das condições necessárias para a realização de seu trabalho. Bem como a extirpação da terra dos que viviam na área rural.

Outros fatores como o roubo dos bens da igreja, a alienação das áreas de domínio do Estado, e a expropriação das terras comunais, processo vital para esse passo primordial da acumulação primitiva (MARX, 2017). Conquistou-se as terras do campo para as bases da agricultura capitalista e foi criada para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre. Já no período colonial o Estado caminha para a comercialização dos excedentes, dando início assim à uma das etapas do processo de acumulação do capital.

A partir da transição do período feudal para o período capitalista e da expansão do modo de produção capitalista a partir de desenvolvimentos históricos subsequentes, como as invasões coloniais, se deu também um aprofundamento epistemológico da noção de Estado. Contratualistas que marcaram a história como Hobbes, Locke e Rousseau desenvolveram noções distintas da figura do Estado, suas características e modo de intervir na sociedade.

Thomas Hobbes em sua obra mais famosa, “O Leviatã”, realizou a defesa do Estado absolutista e elaborou a tese de contrato social. Para o autor os homens viviam em seu estado de natureza, que seria o direito natural advindo de Deus. Ou seja, nesse estado de natureza os homens agiriam sempre em benefício próprio, nunca pensando no bem estar social, logo, uma figura reguladora e interventora se faria necessário. O homem criado por Deus seria feroz e injusto por natureza e a figura do Estado teria, justamente, o papel de proteger a vida desses homens. Nesse pacto mútuo residiria o contrato social, o Estado nessa perspectiva é representado pelo rei absoluto (HOBBS, 1978).

Para John Locke, os indivíduos, também são criados por Deus, e o primeiro grupo social é a família. O indivíduo em seu estado de natureza só precisa se guiar pelo direito natural, direito de se apropriar da natureza ao executar um trabalho, por exemplo. O autor defendia o poder do homem sobre a mulher, bem como o do senhor sobre o escravo. Para

este contratualista a propriedade privada é o bem mais sagrado e por isso a sociedade política na figura do Estado deveria sempre zelar por esse bem mais precioso. Nesta perspectiva existe uma nova constituição de Estado: do absolutista para o democrático (que forjou as bases da constituição dos poderes do Estado, atualmente nas formas de legislativo, executivo e judiciário) (LOCKE, 1978).

Para Rousseau o estado de natureza do homem era de harmonia e pacificidade e a liberdade natural do homem, seu bem estar social e sua segurança seriam assegurados pelo contrato social. Para este autor a liberdade era o bem mais precioso a ser preservado e garantido. Rousseau era contra o absolutismo, defendia um governo democrático e não acreditava que a figura de Deus teria dado algo aos homens, pensava as relações através de uma perspectiva social (ROUSSEAU, 1978). Esses três autores tinham em comum a noção de um estado de natureza dos homens, bem como a noção de um contrato social, cada um com suas particularidades que serviriam de base para a consolidação da noção e do papel do Estado na sociedade.

As ideias defendidas por esses teóricos, e de outros subsequentes, também serviriam de base para a consolidação de perspectivas liberais de Estado. As teorias liberais como as de Milton Friedman (FRIEDMAN, 1985) passaram a defender não somente a liberdade, segurança e bem estar social, mas também ideias como as de liberdade econômica, liberdade comercial, desenvolvimento, Estado mínimo, entre outras. Esses autores liberais realizaram uma verdadeira distorção do conceito de liberdade e colocaram o setor privado como a grande figura a controlar o poder do Estado em benefício próprio. A individualidade é exaltada e o social é cada vez mais excluído nas perspectivas liberais de Estado (FRIEDMAN, 1985).

Um resgate do liberalismo clássico de Locke foi realizado pelos liberais e ideias contra um papel “paternalista” do Estado foram sendo defendidas. Outra grande característica do autor e sua perspectiva liberal é a crítica às experiências socialistas e às ideias socialistas de forma geral, logo, de alguma forma, do Estado socialista. Para o autor uma sociedade socialista não pode ser uma sociedade também democrática, pois esta não garante a liberdade individual e a liberdade à propriedade privada (FRIEDMAN, 1985).

A perspectiva teórica liberal de Estado, que todos esses autores defendiam, serviram de base para a consolidação do Estado burguês capitalista que impera na grande maioria das nações atualmente. Apesar de existirem experiências de países declaradamente socialistas – ou que busquem uma forma de transição socialista –, como

Cuba, China e Coreia Popular (conhecida como Coreia do Norte), esses países citados são exceções à regra hegemônica vigente. Além de terem sua soberania, liberdade e segurança contestados e violados a todo tempo pelos blocos hegemônicos formados pelos grandes Estados capitalistas, tais países buscam resistir e compor uma forma crítica e revolucionária de Estado.

2. TEORIA CRÍTICA DE ESTADO

As experiências socialistas – de países que buscam enfrentar o poder hegemônico e ideológico de Estados capitalistas – têm suas raízes nas perspectivas críticas de grandes autores que buscaram se aprofundar na compreensão prática e ideológica do papel do Estado para a vida em sociedade. Um desses autores mais importantes, se não o mais, na compreensão da essência do Estado capitalista foi Friedrich Engels, em uma de suas mais célebres obras, “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”. Obra essa em que Engels buscou realizar uma crítica radical refinada à forma monogâmica e patriarcal da família, seu caráter sacro e central na noção de civilização, bem como buscou analisar o papel do Estado dentro desse arranjo social.

Engels (2019) em sua análise materialista histórica, ao desenvolver sua crítica da história das formas de exploração, apontou para o fato de que tal noção de família estava diretamente ligada à gênese da questão da exploração social. Nesse sentido, o autor destaca uma das grandes mudanças relacionada a exploração dos homens, pois estava nítido que

[...] a primeira grande divisão social do trabalho, que ocorreu com o aumento da produtividade do trabalho e, portanto, da riqueza e com a ampliação do campo de produção, levou, obrigatoriamente à escravidão, nas condições históricas globais dadas. Da primeira grande divisão social do trabalho originou-se a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, espoliadores e espoliados (ENGELS, 2019, p. 150).

Ao trazer tal determinação, Engels (2019) buscou apontar para a raiz do problema das mudanças de configurações sociais de sua análise, ou seja, retirou o véu da aparência e se aprofundou na essência da questão das formas de opressão e qual era o papel da família patriarcal para tanto. E justamente por ir em sua raiz, compreendeu também a ligação umbilical desse papel da família, bem como da relação social entre senhor e escravizado (ENGELS, 2019).

O autor apontou ainda o fato de que, assim como as relações de opressão foram pouco a pouco se caracterizando e “evoluindo”, da mesma forma se deu entre a relação

social – nesse núcleo familiar patriarcal – entre homens e mulheres. O trabalho doméstico realizado por mulheres perdeu a importância que tinha perante o trabalho de subsistência realizado pelo homem, um passou a ser visto como primordial, o outro um mero complemento, sem muita significância (ENGELS, 2019).

Tal reconfiguração da divisão sexual do trabalho, como aponta o autor, escancara o fato de que essa desvalorização do trabalho doméstico realizado pelas mulheres seria uma das questões centrais para se compreender de fato, não somente a opressão a que essas mulheres estariam submetidas, mas também a importância de toda essa configuração social para o sistema capitalista. Para Engels (2019), enquanto as mulheres estivessem apartadas do trabalho de produção em escala social, a dominação masculina se manteria. Tal configuração se deu, justamente, pelo desenvolvimento da indústria moderna que concomitantemente acontecia. E assim foi se desenvolvendo o que o autor chamou de autocracia do homem perante a mulher, bem como a autocracia do senhor perante o escravizado (ENGELS, 2019).

Todo o contexto histórico esmiuçado por Engels (2019) em sua obra, desembocou na análise do papel do Estado de mantenedor de todo esse grande e complexo processo. Através de seu caráter repressor e aplicador coercitivo das leis, o Estado para o autor é

um produto da sociedade em determinado estágio de desenvolvimento; é a admissão de que essa sociedade se enredou em uma contradição insolúvel consigo mesma, cindiu-se em antagonismos irreconciliáveis e é incapaz de resolvê-los. Porém, para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos conflitantes, não consumam a sociedade e a si mesmas em uma luta infrutífera, tornou-se necessário um poder que aparentemente está acima da sociedade e visa abafar o conflito, mantê-lo dentro dos limites da “ordem”; e esse poder, que é oriundo da sociedade, mas colocou-se acima dela e tornou-se cada vez mais estranho a ela, é o Estado (ENGELS, 2019, p. 157).

Haja vista que o Estado seja um produto da sociedade capitalista e não o contrário (a sociedade capitalista fruto do Estado), é possível compreender que, da mesma forma que esse Estado capitalista se constituiu como resultado dos antagonismos de classe, é possível concebermos possibilidades e formas distintas de se pensar a instituição do Estado e até mesmo sua superação. E é também nesse sentido de superação da forma de Estado capitalista – representante da classe social dominante – que outros autores críticos importantes contribuíram para esse debate.

Um desses autores críticos essenciais para o entendimento do que, de fato, é o Estado, como ele se constitui e a quem ele serve é o russo Vladímir Ilitch Lênin. Lênin (2017) em “O Estado e a revolução” busca reestabelecer a crítica marxiana do Estado da

forma mais concreta e radical possível. O autor concebe, assim como Marx e Engels, que “o Estado é o produto e o caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas (LÊNIN, 2017, p. 29)”. A partir de tal definição, podemos entender também as características desse Estado trazido pelo autor, como por exemplo seu caráter conciliador, um órgão de dominação opressor, órgão que irá ditar o que é legal ou ilegal, de acordo com os interesses da classe dominante burguesa e detentor do monopólio da força e violência (LÊNIN, 2017).

Lênin nesta obra buscava compreender a gênese do Estado burguês a fim de trilhar um caminho prático para a liberdade do proletariado e a consolidação do Estado da classe operária de seu tempo. Além disso trouxe valiosas lições concretas à Revolução Socialista de Outubro, no intuito de justamente mostrar as tarefas a serem cumpridas pelo proletariado rumo a sua emancipação (LÊNIN, 2017). Assim como os demais autores de uma teoria crítica ao Estado burguês aqui apresentados, Lênin se faz ainda atual e extremamente necessário para pensarmos o Estado capitalista, bem como se tratar estratégias a fim de sua superação rumo a uma sociedade mais justa, igualitária e livre de quaisquer formas de opressão.

E é nesse sentido que, a partir do conhecimento concreto do que é essa força chamada Estado (LÊNIN, 2017), podemos analisar as opressões de classe, gênero e raça também a partir da ótica da Teoria da Reprodução Social. Uma teoria feminista marxista que irá desnudar o âmbito da reprodução a partir de elementos trazidos por Marx e esmiuçados por demais autoras que, assim como ele, entendiam que entre a essência e a aparência existe um universo teórico e concreto a ser investigado. E para tanto temos a tarefa histórica de, não apenas compreender, mas buscar superar esse Estado capitalista.

3. A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Os estudos feministas, ou chamados estudos de gênero já se demonstraram muito complexos, com grande densidade tanto teórica quanto empírica, assim como correlacionados a outros conceitos e categorias que embasam suas formulações e constituições. Os estudos de gênero já trazem há tempos a centralidade do debate das opressões sofridas pelas mulheres na sociedade e a necessidade de tratar esse debate sem análises etapistas, mas sim com a devida importância que a questão demanda.

É necessário, entretanto, que a opressão de gênero sofrida pelas mulheres e operada pelo sistema capitalista seja analisada de forma estrutural, mais geral e mais ampla, conseguindo observar assim suas origens, constituições, causas e, principalmente, formas de superação. É preciso analisar a totalidade que engendra a opressão de gênero, bem como a compreensão de que todas as formas de opressão que operam materialmente em nossas vidas fazem parte dos mecanismos de funcionamento do sistema capitalista.

É nesse sentido que entender tais questões através de uma teoria unitária (FERGUSON, 2017) e, mais especificamente, do feminismo da reprodução social, pode ajudar no processo de compreensão do sistema capitalista e sua dependência frente a existência de diferentes formas de opressão. Outra questão central para o feminismo da reprodução social é, justamente, entender o papel do Estado capitalista na manutenção dessas opressões.

Entende-se aqui que o feminismo da reprodução social se apresenta como uma ferramenta e corrente teórica fundamental na busca efetiva por uma sociedade onde haja concreta emancipação das mulheres, especialmente das mulheres negras no Brasil, e demais sujeitos que compõe a classe trabalhadora, por entender que as formas de opressão jamais serão aniquiladas e superadas se pensadas em “caixinhas” distintas, descoladas da materialidade histórica concreta na qual estamos inseridas e inseridos.

Em primeiro lugar é preciso demarcar o que vem a ser a Teoria da Reprodução Social, mais especificamente, como o feminismo marxista compreende a ideia de reprodução social. Nesse sentido, é preciso dizer que

[...] o termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade, como já mencionado. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado (ARRUZZA, 2015, p. 55).

Ou seja, a partir dos estudos feministas marxistas, a reprodução social aqui analisada se caracteriza por uma teoria unitária (FERGUSON, 2017) que amplia nosso olhar indo na raiz da categoria de reprodução social marxiana, e avançando, concomitantemente, na raiz do problema: no fato das opressões de gênero, raça e classe estarem mais que interligadas e fazerem parte de um mesmo sistema, o capitalismo, e serem a base fundante que ampara esse sistema. O sistema capitalista precisa dessas

opressões operando conjuntamente – porém, aparentemente, com pouca ou nenhuma conexão – para sua manutenção (BHATTACHARYA, 2019).

O trabalho de reprodução social, ou seja, a reprodução de pessoas e da vida, possui uma relação dialética com o processo de produção (ÁVILA; FERREIRA, 2020). Ele se configura como a distinção das atividades privadas (domésticas) como um “não trabalho”, atividades invisibilizadas, realizadas diariamente e concebidas socialmente como “naturais às mulheres” como, por exemplo, cuidar das crianças, cuidar dos idosos, fazer as compras do lar, cozinhar, cuidar de um parente enfermo, etc. Todos os tipos de trabalhos domésticos, trabalhos necessários para que, no dia seguinte, a força de trabalho da qual depende o capitalismo esteja disponível, sem que o capitalista precise arcar com seus custos, são caracterizados como trabalho de reprodução social (BHATTACHARYA, 2019).

Entender essa característica de unidade entre produção e reprodução da vida é imprescindível para não recairmos, em nossas análises, num materialismo histórico vulgar, simplista ou de caráter unicamente economicista. A partir dessas percepções, podemos destacar como as críticas de que Marx compreenderia o capitalismo somente por esse viés economicista não se sustentam. Tais críticas apenas expressam o fato de que seus teóricos não compreenderam, de fato, a natureza da crítica marxiana da economia política (ARRUZZA, 2015).

O trabalho de reprodução social é realizado majoritariamente por mulheres, e no Brasil, majoritariamente por mulheres negras. Essas atividades que estruturam toda a base do sistema capitalista, são realizadas sem que haja nenhuma remuneração ou nos casos que são remunerados, são extremamente desvalorizados (BHATTACHARYA, 2019). Além disso, outro aspecto da reprodução social que deveria vir do Estado exercido pela assistência social, políticas assistenciais como creches públicas, lavanderias públicas, garantia de vagas em todas as etapas de ensino, saúde de qualidade para toda a população, assistência psicológica, entre outras medidas, simplesmente são negligenciados pelo Estado.

O Estado capitalista não somente se abstém de sua responsabilidade legal de atuar imperativamente nessas atividades, mas opera na prática no sentido contrário, pois se mostra à serviço do capitalismo. No âmbito da superestrutura vai operar através do judiciário, da política institucional e da ideologia, assim como pela base através da proteção econômica aos capitalistas e à exploração máxima da classe trabalhadora.

Atuando por meio da carga tributária, da repressão pelo uso da força, extensivas jornadas de trabalho legalizadas, pela operacionalização da marginalização da classe trabalhadora, entre tantas outras formas.

Todos esses elementos são realizados no mais alto nível de fetichismo, pois, por exemplo, podemos observar a afirmação legal do papel do Estado em garantir o direito à vida, entretanto a polícia que mais mata pobres e pretos no Brasil quase nunca falha em suas missões de aniquilação. Todavia, o Estado ainda opera a negação da negação ao aplicar sanções a esta mesma polícia extremamente violenta – mesmo que se tratem de sanções duvidosamente brandas, quando se realizam.

Logo, é possível notar a importância crucial do Estado para a manutenção dos interesses desse sistema de morte que é o sistema capitalista, pois, mais do que garantir os interesses econômicos da classe burguesa, o Estado atua em frentes que por muitas vezes passam despercebidas pela sociedade se não nos atentarmos aos detalhes e às questões do nosso cotidiano e se não fizermos uma análise verdadeiramente crítica que vai à raiz dos problemas, como é a análise proposta pela Teoria da Reprodução Social.

A Teoria da Reprodução Social expande nosso olhar acerca do que é chamado de “trabalho doméstico”, tema no qual o feminismo marxista, em grande parte, se debruçou por muito tempo a estudar. O conceito de reprodução social incorpora muitas práticas sociais e formas de trabalho além do trabalho doméstico em si, podemos citar como exemplo o cuidado emocional, o trabalho de educar, o trabalho de amamentar e cuidar em tempo integral de um recém-nascido. Além disso, a Teoria da Reprodução Social torna possível também uma análise para além do privado, mas também das políticas públicas de bem-estar e assistência social (ARRUZZA, 2015).

A relação entre a vida doméstica, o processo de mercantilização, a divisão sexual do trabalho e as políticas do Estado, são expostas e esmiuçadas através da lente da Teoria da Reprodução Social. É preciso enxergar através dessa lente para que desmistifiquemos relações opressoras concebidas até os dias de hoje como “naturais”, “culturais” ou imutáveis. A Teoria da Reprodução Social nos permite, por exemplo, compreender a relação entre as políticas de migração (que abaixam os custos do trabalho imigrante), com o trabalho de cuidado, onde muitas mulheres são submetidas a condições de trabalho deploráveis, análogas à escravidão (ARRUZZA, 2015).

Como bem destaca Bhattacharya (2019), essa teoria expõe o fato de que quaisquer avanços e conquistas nos direitos das questões das relações de gênero que ocorram, tanto

nos trabalhos formais ou no âmbito particular, serão temporários. Pois, a base material das opressões de gênero está conectada ao sistema capitalista em sua gênese e totalidade (BHATTACHARYA, 2019). Logo, se a luta das mulheres e dos demais pertencentes à classe trabalhadora por emancipação total desse sistema não for anticapitalista e antirracista, ela não será. Estaremos sempre alguns passos atrás do horizonte de emancipação da humanidade.

Essa percepção nos dá subsídios que ajudam a compreender quem é o/a “trabalhador/a” mais (explorado/a) e de que maneiras ele/ela pode e deve lutar contra esse sistema e suas opressões. Quando paramos para pensar quem tem o trabalho de cuidar das crianças, quem as alimenta diariamente, dá banho, dá atenção, ajuda no dever de casa, acalma em momentos de crise, quem na família geralmente cuida dos parentes idosos enfermos, quem fica responsável pela limpeza da casa, das roupas, da organização, etc. Compreendemos que a mulher trabalhadora não trabalha apenas no seu local de trabalho formal (BHATTACHARYA, 2019).

A mulher trabalhadora precisa diariamente executar tarefas da reprodução social da classe trabalhadora, dela mesma, de seus filhos e, geralmente, de seu companheiro, e esse trabalho todo não é remunerado na maioria das vezes. Daí vem a extrema importância do papel das mulheres para o sistema capitalista, o trabalho vital para a máquina capitalista funcionar ininterruptamente que elas executam gratuitamente, tudo isso fora do “local de trabalho” (BHATTACHARYA, 2019).

O capitalismo entende muito bem a importância de todo esse processo e o papel central da mulher e da família heteronormativa nele, e é por isso que o sistema capitalista opera, principalmente, através da figura do Estado que retira sua responsabilidade jurídica de assistir a sociedade e suas demandas (BHATTACHARYA, 2019). Cria-se uma ofensiva contra os serviços públicos que deveriam ser de total responsabilidade do Estado – visto que toda sociedade necessita dos mesmos – e trata essas demandas cotidianas vitais para a reprodução de seus trabalhadores/as como questões de âmbito particular, jogando a responsabilidade do cuidado para as famílias individualmente, com o intuito de vulnerabilizar a classe trabalhadora cerceando e limitando suas formas de resistência (BHATTACHARYA, 2019).

Vemos nessas características do papel do Estado como opera a dialética nesse processo tão complexo. Pois, quando o Estado que, em seu papel aparente e positivista, teria o dever de executar o trabalho de reprodução da sociedade, de fato não o faz. Retira-

se de cena e joga nas costas das mulheres – através do poder da ideologia, cultura e demais instituições – essa responsabilidade.

É considerado vital não conceber aqui o capitalismo apenas como leis simplesmente econômicas, mas sim como um ordenamento social extremamente complexo, uma ordem que tem seu caráter central e principal nas relações de exploração, relações de domínio de uma classe perante outra e relações de alienação (ARRUZZA, 2015). O importante, como bem ressalta Arruzza (2015), é compreendermos como a acumulação de capital e sua dinâmica de funcionamento mantêm sua produção e reprodução, transformando e mantendo assim seu caráter hierárquico e opressor. Este sem dúvidas é um desafio colocado para as pesquisadoras feministas marxistas e para todos que acreditam numa sociedade livre de opressões.

Por mais que os processos de produção e reprodução – sendo o último aqui concebido como o processo pelo qual a sociedade é reproduzida: cuidado, alimentação, educação, religião, saúde etc. – apresentem cada um características próprias, esses dois processos vitais ao capitalismo se misturam e se revelam na concretude das relações sociais e pessoais pertencentes ao funcionamento total desse sistema (ARRUZZA, 2015).

A partir da compreensão da totalidade capitalista e das partes que compõem esse sistema o feminismo da reprodução social desnuda a relação dialética dessa totalidade e suas partes (eixos de opressão de gênero, raça, classe). E a partir daí se afirma como uma teoria integrativa do social, na qual distintas formas de opressão, necessárias ao funcionamento do sistema capitalista, vão admitir ou desprezar o que lhes convém.

A Teoria da Reprodução Social, ou a perspectiva do feminismo da reprodução social aqui apresentada é concebida como uma alternativa a ser pensada e articulada, e busca, através de uma teoria unitária (FERGUSON, 2017), compreender um todo social, complexo e dinâmico. Essa teoria se apresenta como alternativa viável, pois compreende que só é possível alcançar uma verdadeira emancipação da sociedade e de toda a classe trabalhadora tão heterogênea ao apreender as particularidades da mesma, suas subjetividades e suas partes constituintes.

E isso pressupõe, portanto, uma luta conjunta antirracista, anticlassista, antipatriarcal, antilgbtq+fóbica, em suma, anticapitalista, para que esse sistema seja destruído e superado, bem como o Estado capitalista e suas características mantenedoras de tais opressões.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 2015.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Feminismo e Marxismo: uma relação dialética**. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (org.). Os desafios do feminismo marxista na atualidade. Chapecó: Coleção Marxismo21, 2020.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. São Paulo: Boitempo, 2019. 188 p.

FERGUSON, Susan. **Feminismos interseccional e da reprodução social**: rumo a uma ontologia integrativa. CEMARX: Campinas, 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a revolução**: a doutrina do marxismo sobre o estado e as tarefas do proletariado na revolução. São Paulo: Boitempo, 2017. 214 p.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. 894 p.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.